

MP: pena máxima para desembargador

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

O procedimento administrativo disciplinar aberto pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) contra o desembargador José Wellington Medeiros chegou ao fim. Depois de 13 meses de apuração, resta agora aos 34 magistrados da corte julgar pela primeira vez um colega acusado de advocacia administrativa e tráfico de influência. O Ministério Público pediu a pena máxima: quer afastar definitivamente Medeiros da magistratura por conduta incompatível com o exercício do cargo.

Se os desembargadores acompanharem o parecer da Procuradoria Geral de Justiça do DF, Medeiros será punido com a aposentadoria compulsória, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Esta é a maior penalidade contra um magistrado prevista na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman). Para o Ministério Público, a defesa não derrubou as suspeitas, levantadas em sindicância do próprio tribunal, de que Medeiros atendia a interesses dos irmãos Márcio e Pedro Passos, acusados de parcelamento ilegal de terras, dentro do tribunal.

O desembargador Wellington Medeiros foi afastado de suas funções em maio do ano passado, por decisão do Pleno Administrativo do TJDF. Desde então, o relator designado para aprofundar as investigações, desembargador Dácio Vieira, colheu depoimentos e analisou documentos. O deputado Pedro Passos (PMDB) e seu irmão, Márcio, foram ouvidos em dezembro do ano passado.

Sindicância

Realizada por cinco desembargadores em dezembro de 2002, a sindicância que deu origem ao processo contra Medeiros foi aberta com base em gravações, feitas com autorização judicial, de conversas entre os irmãos Passos durante a campanha eleitoral de 2002. As interceptações telefônicas também flagraram diálogos entre o desembargador e o então candidato a deputado distrital.

As gravações feitas a pedido do Ministério Público do Distrito Federal, que apurava no segundo semestre de 2002 crime de parcelamento do solo em uma área entre as QIs 27 e 29 do Lago Sul. Segundo os promotores, havia uma briga entre Eri Varela, então presidente da Terracap, e Pedro Passos porque os dois discordavam da titularidade das terras na região. Varela alega que se trata de uma área pública e determinou a derrubada das cercas ao redor da gleba onde supostamente seria constituído o loteamento clandestino "Mansões Chácara do Lago".

A sindicância do TJDF relacio-

nou 31 trechos de conversas. Nos diálogos gravados, Pedro Passos pede orientação a Medeiros sobre o que deveria fazer para conter Va-

rela. Em uma das conversas entre Márcio e Pedro Passos (leia abaixo), os irmãos referem-se a uma pessoa, que os ajudaria em troca

de dinheiro, como "o baixinho". Para o Ministério Público, não há dúvida de que eles se referiam a Wellington Medeiros.

Depoimentos

Em depoimento à Justiça, Pedro Passos sustentou que não se referia ao desembargador, e sim a

Wanderlei Pozzembom



ENTREVISTA// WELLINGTON MEDEIROS

"Provas são ilícitas"

CORREIO BRAZILINSE — Como o senhor se defende das acusações do TJDF?

MEDEIROS — Procurei, ao longo desse tormentoso processo, ser o mais transparente possível. Abri voluntariamente meus segredos fiscais, telefônicos. Coloquei à disposição do tribunal minha vida pregressa, meu patrimônio. Felizmente não se detectou uma prova contra mim. Para alguém te imputar tráfico de influência e advocacia administrativa é preciso ter atuado num processo e que aquela sua decisão traga um benefício para alguém. Não existe esse processo.

CORREIO — O senhor é amigo do deputado Pedro Passos?

MEDEIROS — Estou no tribunal porque vim na gloriosa vaga dos advogados. Eu tinha de ser

advogado e exercer a função há mais de dez anos. Concorri com 40 ilustres advogados. Nunca neguei que fui advogado do Pedro Passos, da família Passos. Quando entrei no tribunal, tinha um acervo de mais de 1.700 ações. Mas sempre aleguei suspeição para julgar processos da família Passos.

CORREIO — O juiz Gilmar Soriano disse que foi procurado pelo senhor algumas vezes para obter informações sobre o processo em que a Justiça autorizou escutas telefônicas contra os Passos...

MEDEIROS — Foi de uma dignidade ímpar a postura dele no meu processo. A comissão de sindicância extraiu do depoimento dele apenas um trecho em que ele falava que o procurei.

Depois eu o arrolei como minha testemunha de defesa. Ele disse que eu nunca pedi nada.

CORREIO — As escutas flagraram conversas comprometedoras entre o senhor e o deputado Pedro Passos. As fitas não valem como prova?

MEDEIROS — Tecnicamente, não. Minha defesa está arguindo a ilicitude das provas em relação à minha pessoa. O STF já tem precedentes disso. Para validar a prova era preciso que o meu sigilo tivesse sido quebrado. E pelo tribunal competente. Nos diálogos, eu estava na informalidade, na minha privacidade e não com as vestes de desembargador. Uma coisa é você falar com um amigo e outra coisa é estar em seu gabinete de desembargador. Eu atribuo um pouco desse desencadeamento, dessa ação, a um momento político que estamos vivendo: pressão da mídia, operação Anaconda, crises

nos estados. O Poder Judiciário é o bode expiatório da vez.

CORREIO — Qual a sua expectativa quanto ao julgamento do TJDF?

MEDEIROS — Estou muito tranquilo com meu tribunal. Se eu não confiar nos meus colegas, nos meus pares, eu não hesitarei em buscar recursos no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal. Me considero vítima.

CORREIO — Se o senhor for absolvido, vai se sentir confortável, tranquilo para desempenhar a sua função de magistrado?

MEDEIROS — Confesso que não. Só o tempo vai cicatrizar essa ferida que abriu no meu coração. Hoje eu perdi o encanto pelo meu trabalho como magistrado, porque ser juiz é você ser independente, não se curvar à pressão, à mídia e não sacrificar ninguém pelo prazer de sacrificar.

Mário Gilberto, advogado da Federação dos Condomínios Horizontais do DF, que representa loteamentos irregulares. "Costumo chamar o desembargador de José Wellington. Raramente o chamo de baixinho", disse Pedro Passos ao Correio. "Ele nunca nos ajudou no tribunal. O que aconteceu com ele foi uma bala perdida no meio de uma guerra política", arrisca o distrital.

Medeiros não nega que seja amigo de Pedro Passos, para quem advogou antes de assumir vaga no Tribunal de Justiça por indicação da Ordem dos Advogados do Brasil. Na fase de defesa, Medeiros enviou um ofício a desembargadores e juizes do Distrito Federal para que respondessem se, em alguma ocasião, ele interferiu em processos contra a família Passos. Segundo o desembargador, 70% dos magistrados responderam que isso nunca ocorreu. "Os outros não se pronunciaram", afirma Medeiros.

Terracap

O desembargador Dácio Vieira convocou em abril o ex-presidente da Terracap, Eri Varela. Ele negou intimidade com o desembargador, mas afirmou ter recebido um telefonema "rápido" do magistrado que teria lhe perguntado sobre a operação de derrubada das cercas na área de conflito.

Na fase de sindicância, os desembargadores responsáveis pela investigação levaram em conta o depoimento do juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano. Responsável pelas escutas telefônicas, Soriano disse ter recebido em 2002 ligações do desembargador Wellington Medeiros, que pedia informações a respeito do andamento do processo e sobre o conteúdo das fitas. Na segunda fase da investigação, Soriano foi arrolado como testemunha de defesa do desembargador. No depoimento a Dácio Vieira, ele confirmou as declarações anteriores. Mas sustentou que Medeiros nunca lhe pediu intervenções no processo.

A sessão que vai decidir o destino de Wellington Medeiros ainda não foi marcada. A data será fixada pelo presidente do TJDF, Jeronimo Bezerra de Souza, a pedido de Dácio Vieira. O julgamento só deverá ocorrer depois do recesso do Judiciário, em sessão secreta. Se Medeiros receber a pena máxima, recomendada pelo Ministério Público, será o primeiro caso no Judiciário local.

Acusado de tráfico de influência e corrupção, o desembargador Pedro Aurélio de Farias aposentou-se no ano passado, depois que a mesma sindicância que acusou Medeiros o relacionou com venda de habeas corpus para traficantes. Ele não chegou a ser julgado pelo TJDF.